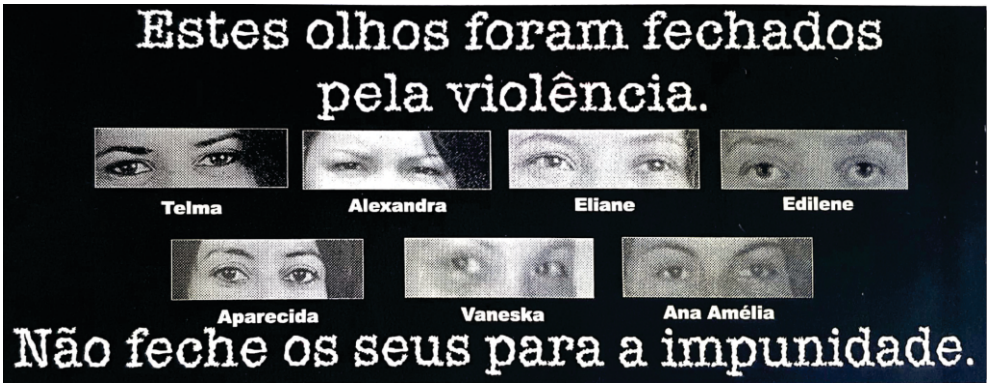

CARTA ABERTA À SOCIEDADE SOBRE OS ASSASSINATOS DAS MULHERES PELO ESCRITÓRIO DO CRIME NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE

Vimos a público repudiar e expor a nossa indignação mediante a barbárie que cotidianamente bate à nossa porta. É uma triste história desde 2001 que culmina com o bárbaro extermínio das mulheres na região do Cariri. Vidas foram ceifadas e abriram feridas profundas no seio das famílias. 20 (vinte) anos depois do extermínio praticado pelo agrupamento conhecido como "Escritório do crime", vem à tona entrevista publicada pela TV Verdes Mares (03/06/2021) com o discurso do então e atual delegado de polícia do Crato, Marcos Antônio dos Santos, sustentando a tese absurda da conivência e culpabilidade das mulheres vítimas dos mandantes empresários do crime e dos seus assassinos de aluguel.

Apesar das leis, das conquistas e dos avanços das mulheres em decorrência de suas históricas lutas, a violência contra a mulher e a prática do feminicídio ainda são bastante recorrentes, caraterizadas no extermínio de mulheres, principalmente em regiões com forte predominância da desigualdade social, das relações forjadas na submissão do gênero feminino o que contribui para o fortalecimento do modelo de dominação e exploração do sistema econômico capitalista, ao qual estão reféns e submetidos os poderes executivo, legislativo e o judiciário.

O *modus operandi* desse sistema de escravidão paga se materializa em diversas formas. Uma delas é o fato de que os homens continuam contando a nossa história sob a ótica machista numa dimensão cruel do ódio ao feminino, assim é a misoginia

impregnada na cultura de diversas sociedades, por meio de comportamentos agressivos, depreciações, violência sexual, objetificação do corpo feminino e, finalmente, a morte de mulheres (o feminicídio).

O discurso do macho investido de poder e do cobertor da institucionalidade, no episódio em tela, evidencia o esvaziamento de princípios fundamentais do respeito e solidariedade à dor e ao sofrimento das mulheres e das famílias vítimas do extermínio de suas filhas. Trata-se de uma ferida aberta que sangra à revelia da justiça e coloca em xeque a montagem de todo o sistema responsável pela promoção de uma sociedade justa e igualitária, vida digna para mulheres, com tolerância e respeito às diferenças.

Jamais o delegado e/ou autoridades do campo jurídico poderiam fazer um julgamento absurdo como esse e transformar nossas companheiras como coniventes e cúmplices desses crimes. É fato que parte desses processos permanecem engavetados e postergados, alguns já prescritos e outros em via de prescreverem. O tempo nesses corredores da burocracia do crime é o mesmo tempo de empurrar com a barriga e/ou para baixo do tapete a possibilidade real de se fazer justiça e punir aqueles executores dos crimes tão hediondos e dessa forma contribuir para o resgate da dignidade das vítimas e dos seus familiares. O tempo da burocracia na maioria das vezes tem favorecido a impunidade. Em que parte dessa história o estado lavou as mãos e se rendeu para os esquemas podres do submundo?

Estamos sofridas, mas não vencidas. Por isso exigimos que sejam agilizados os processo**s** que se encontram no Fórum de Barbalha e de Juazeiro para evitar novas prescrições dos crimes, o que é inaceitável. É urgente que os órgãos de estado que atuam com políticas nas áreas de gênero, desigualdade social e direitos humanos precisam adotar iniciativas voltadas para a desconstrução da cultura do patriarcado, do machismo e do racismo estrutural fortemente enraizado nas relações sociais e nos ambientes da institucionalidade.

Assinam essa nota - União das Mulheres cearenses - UMC, Grupo de Valorização Negra do Cariri/ Grunec, Terreiro das Pretas, Rede de Mulheres Negras do Ceará, Conselho Comunitário da Defesa Social CCDS